



## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS**

### **PUBLIC POLICIES FOR AGRICULTURE IN BRAZIL: A HISTORY OF ADVENCES, SETBACKS E AND CHALLENGES**

César Cândido de Brito<sup>1</sup>

**RESUMO** O presente trabalho é um breve relato das adversidades pelos quais atravessou a agricultura brasileira nos últimos 60 anos, período em que o país passou de importador de alimentos a líder mundial nas exportações agrícolas e referência de sucesso na atividade para outras nações. Porém, apesar da trajetória bem-sucedida da agricultura brasileira, o caminho percorrido se desenvolveu num ambiente repleto de risco e incertezas, que poderia ter comprometido toda o êxito alcançado pelo segmento. O objetivo desse trabalho é destacar através de uma pesquisa bibliográfica as principais circunstâncias que impactaram a agricultura nacional, com foco nas políticas públicas, analisando de forma específica e sintética todas as décadas a partir de 1960. Pelas ações apresentadas e possível concluir que, apesar das críticas as políticas públicas que privilegiaram determinados segmentos do mercado agrícola, o desempenho da nossa produção agrícola e agroindustrial vem se confirmando, ano após ano, como um caso de sucesso.

**Palavras-chaves:** políticas públicas, agricultura brasileira e crédito rural.

**ABSTRACT** The present work is a brief report of the changes through which it crossed the Brazilian agriculture in the last 60 years, a period in which the country went from food importer to world leader in agricultural exports and reference of success in the activity to other nations. However, despite the successful trajectory of Brazilian agriculture, the path traveled was developed in an environment filled with risk and uncertainties, which could have compromised all the success achieved by the segment. The objective of this work is to highlight through a bibliographic research the main circumstances that impacted the national agriculture, focusing on public policies, analyzing in a specific and synthetic way every decade from 1960. For the actions presented and possible to conclude that, despite the criticism of the public policies that favored certain segments of the agricultural market, the performance of our agricultural production and agroindustrial has been confirmed, year after year, as a case of success.

**Keywords:** Public policies, Brazilian agriculture and rural credit.

## **INTRODUÇÃO**

No horizonte da economia brasileira, o brilho vem do campo, produzindo reflexos que vão da mesa dos brasileiros até os *superávits* da Balança Comercial. Atualmente o Brasil é um dos principais produtores mundial de grãos e carnes (frango, suíno e bovino) e é considerado a “nova fazenda do mundo”, responsável direto pelo fornecimento de alimentos para uma população mundial que tende a crescer, principalmente no continente africano e países como a China e a Índia.

Contudo, apesar da agricultura fazer parte da economia nacional desde o descobrimento do Brasil, somente a partir de meados da década de 60 do século XX, é que se inicia uma transformação no campo brasileiro ao desencadear um processo de expansão de sua produção agropecuária baseado

---

<sup>1</sup> Mestre em Gestão Pública pela UnB/DF, Pós-graduado em Controladoria e Finanças pela PUC/GO, Pós-graduado em Tutoria em EaD pela Universidade Cândido Mendes/RJ, MBA em Gestão Empresarial pela FGV/RJ. Discente do curso Bacharelado em Ciências Contábeis/Unopar. Servidor do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO – CAMPUS DE IPORÁ (GO). [cesar.brito@ifgoiano.edu.br](mailto:cesar.brito@ifgoiano.edu.br)

em fatores como: crédito rural subsidiado, assistência técnica produtiva e pesquisa agrícola através de pacotes tecnológicos cada vez mais inovadores.

Como consequência trouxe para agricultura brasileira a possibilidade de aumentar a produção e a produtividade e a conquista de mais espaço no comércio internacional. Para apresentar essa trajetória de conquistas, a pesquisa está organizada em cinco seções. A primeira seção destaca a intervenção estatal na agricultura, através de políticas públicas que transformaram a agricultura brasileira (1960-1970). Posteriormente, nas seções seguintes, a retirada gradual da intervenção estatal no setor agrícola, com a consequente escassez de crédito (década de 80) e mudança na orientação da política agrícola em direção a um modelo de natureza mais liberal (1990-2002). Na quarta seção, descreve a situação da agricultura brasileira nos primeiros anos do século XXI e, na quinta seção, as considerações finais.

## **EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA**

Até as primeiras décadas do século XX a agricultura representava a maior parcela do PIB nacional. O café foi o grande motor da economia brasileira proporcionando o que se denominou de ciclo do café (1800-1930). Com a crise de 1929 as exportações brasileiras do café sofreram significativo decréscimo. Mesmo assim, no início da década de 30 o PIB agrícola representava 36% e o da indústria 15% da economia nacional (BARROS, 2014, p. 84).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder através da revolução de 1930 abriu caminho para uma estratégia oficial industrializante, que fosse capaz de gerar mais empregos e rendas para uma população com um alto índice de desempregados, com baixa qualificação e que afluía para as cidades em ritmo acelerado. Alcoforado (2000, p. 101), destaca que o modelo agrário-exportador foi substituído pelo modelo nacional-desenvolvimentista, quando Getúlio Vargas sobe ao poder e inicia o período de industrialização no Brasil.

Os resultados não demoram a chegar. Em 1940, o PIB agrícola havia encolhido, em termos relativos, para pouco menos de 30% do PIB, e o da indústria aproximava-se de 19% (BONELLI, 2003). De 1950 a 1960, o PIB agrícola encolhera, chegando a 17% do total, enquanto o da indústria crescera até quase 30% (BARROS, 2014).

No início da década de 1960 a economia brasileira atravessou um processo de relativa apatia. Segundo Massuquetti (1998), a agricultura manteve os mesmos índices de produtividade, relativamente estagnada, descapitalizando-se através da transferência de um percentual dos seus excedentes para financiar os investimentos no setor industrial, atrasando a modernização do setor. Paralelo a isso observa-se um aumento da inflação e o do êxodo rural. Segundo Barros (2014), de 1940 a 1950 houve um aumento real de 35% no preço dos alimentos em São Paulo; na década seguinte, o aumento real foi de 42%.

Para Oliveira (1984), as condições do balanço de pagamento deterioravam-se, e a oferta de alimentos chegava a um estado crítico. O elevado e crescente *déficit* externo e o crescente custo de vida urbano realimentavam o já intenso processo inflacionário e ameaçavam o processo de acumulação urbana, bem como a estabilidade social. (OLIVEIRA, 1984, p. 436). Ficava clara a necessidade de estimular também o crescimento agrícola para solucionar os problemas do êxodo rural, o crescimento da população e a produção de alimentos (BARROS, 2014).

Com a ascensão dos militares ao poder através do golpe de 64, junto com seu projeto de modernização do país, implantaram uma política de desenvolvimento agrário que deu início a modernização do campo e que resultou em grandes efeitos para a coletividade rural e para transformação do meio ambiente. Em meio aos diagnósticos conflitantes e intensos debates sobre a natureza e alcance das reformas estruturais requeridas pela agricultura brasileira, prevaleceu a visão de que o problema central era o seu atraso tecnológico e não a estrutura de propriedade fundiária (BUAINAIN et al., 2014). Essa visão se consolida através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964–1966, que definiu duas linhas de ações fundamentais para a agricultura:

[...] elevação da produção e produtividade agrícola pela transformação da agricultura tradicional mediante mudanças de métodos de produção e utilização mais intensa de insumos modernos; e ruptura das barreiras de abastecimento pela solução dos

principais problemas ligados à estrutura e ao funcionamento da comercialização de alimentos (BRASIL, 1967, p. 11-12).

O PAEG ratifica os ideais liberais do golpe de 64, reafirma o respeito às leis de mercado, e justifica a necessidade da presença do Estado na economia com objetivo de garantir a distribuição de riqueza e renda. Nesse sentido, a adoção de uma política voltada à modernização do setor rural mostrava-se preferível à reforma agrária (cuja discussão no início da década de 1960, permeou a cena política) como solução do problema da baixa produtividade.

Entre as políticas públicas estabelecida pelo PAEG foi criado em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com a finalidade de regulamentar a concessão de crédito das atividades agropecuárias, em condições especiais. O SNCR fundou um período de expansão da produção e a modernização da agricultura no Brasil (ARAÚJO; MEYER, 1977).

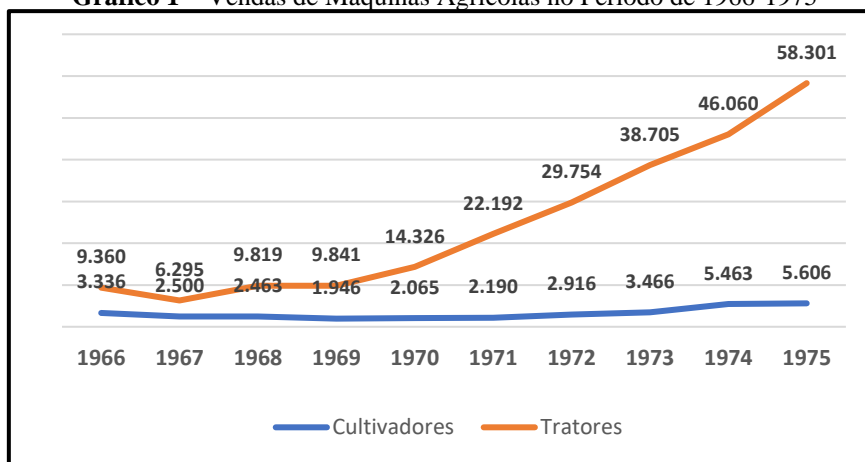
Porém, a política de concessão de crédito recebeu diversas críticas por privilegiar apenas grandes produtores de produtos para exportação, localizados nas regiões de maior desenvolvimento do país. Segundo Guedes Pinto (1995), a maior parte dos recursos destinados a operacionalização da política agrícola atenderam direta ou indiretamente os interesses dos grandes proprietários, contribuindo para aumentar o grau de concentração da propriedade da terra no país.

O Estado torna-se o principal agente promotor da modernização agrícola, consolidando um padrão de desenvolvimento calcado na agricultura patronal, em detrimento a um grande contingente de pequenos agricultores (des) qualificados como ineficientes do ponto de vista produtivo e, portanto, considerados desmerecedores de qualquer tipo de proteção e/ou incentivo (SOUZA; CAUME, 2008).

Além do aumento da área agricultável, o incremento da produção deveria ser promovido também via acréscimo da produtividade, alcançada com a inovação e modernização do setor agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, utilização de agrotóxicos, fertilizantes, corretivos e mecanização no campo, processo denominado “Revolução Verde”.

O crédito subsidiado foi instrumento central de política agrícola para modernização da agricultura brasileira. Seus efeitos podem ser observados nos anos seguintes quando se analisam alguns indicadores, conforme Gráfico 1, abaixo:

**Gráfico 1 – Vendas de Máquinas Agrícolas no Período de 1966-1975**



Fonte: Anfavea (2017).

As vendas de equipamentos agrícolas aumentaram consideravelmente no período de 10 anos e contribuem diretamente para o aumento da produtividade no campo, alcançando um aumento de 403,36% no período de 10 anos (1966-1975). Outro indicador, consumo de fertilizantes por hectare, também demonstra mudança tecnológica após implantação do crédito subsidiado. Gonzalez e Costa (1998), citando dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), menciona que em 1964 o Brasil consumia 8,3 kg desses insumos por ha; em 1970, 27,8 kg e, em 1975, 44,5 kg.

Delgado (1985, p. 35) destaca que esses dois fatores: o aumento dos índices de tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial, contribuíram para modificar o padrão tecnológico da agricultura brasileira.

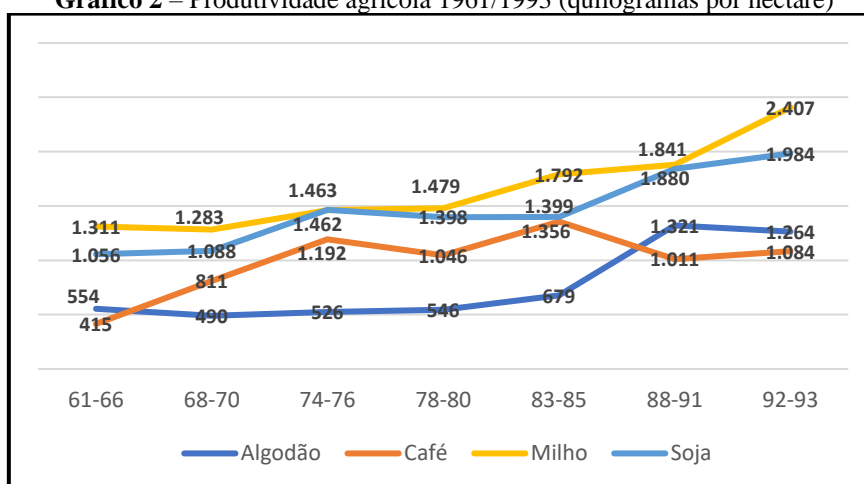
Ainda no bojo das mudanças propostas pelo governo, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), cujos primórdios remontam a década de 1930, foi reformulada em 1965 e complementada em 1966, sistematizando dois braços operacionais: o Empréstimo do Governo Federal (EGF) e a Aquisições do Governo Federal (AGF).

O EGF é uma linha de crédito de financiamento, com base no preço mínimo, concedida a produtores, cooperativas e agroindústrias. O crédito destina-se à estocagem do produto pelo beneficiário, por um determinado período de tempo, induzindo uma garantia da redução da oferta do produto no período da colheita. Já o AGF é um instrumento de aquisição de produto agrícola pelo preço mínimo de garantia, realizada pelo governo federal quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo estabelecido para a safra vigente de qualquer produto da pauta do PGPM. Segundo Coelho (2001, p. 26):

O EGF foi o principal instrumento de financiamento de comercialização, representando em torno de 90% dos financiamentos totais para essa modalidade. No período 1966/1975, calcula-se que perto de US\$ 48 bilhões tenham sido aplicados em EGF, ocorrendo o maior volume em 1975, quando foram aplicados US\$ 4,5 bilhões (24% do total de crédito).

Todo esse conjunto de iniciativas de dinamização socioeconômica, culminou com a consolidação de uma agricultura moderna, que fez parte de um contexto maior de modernização do setor agrícola comandada sobretudo pelo Estado. Como exemplo desse processo de modernização, inovação e difusão da agricultura brasileira, em 1973 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Através da pesquisa e do incentivo as atividades agrícolas essas empresas emergem no sentido de aumentar a produtividade da terra e do trabalho. Como resultado, observa-se ganhos de produtividade dos principais produtos agrícolas brasileiros, sobretudo aqueles destinados a exportações, conforme Gráfico 2, abaixo:

**Gráfico 2 – Produtividade agrícola 1961/1993 (quilogramas por hectare)**



Fonte: Baer (1991, p. 318)

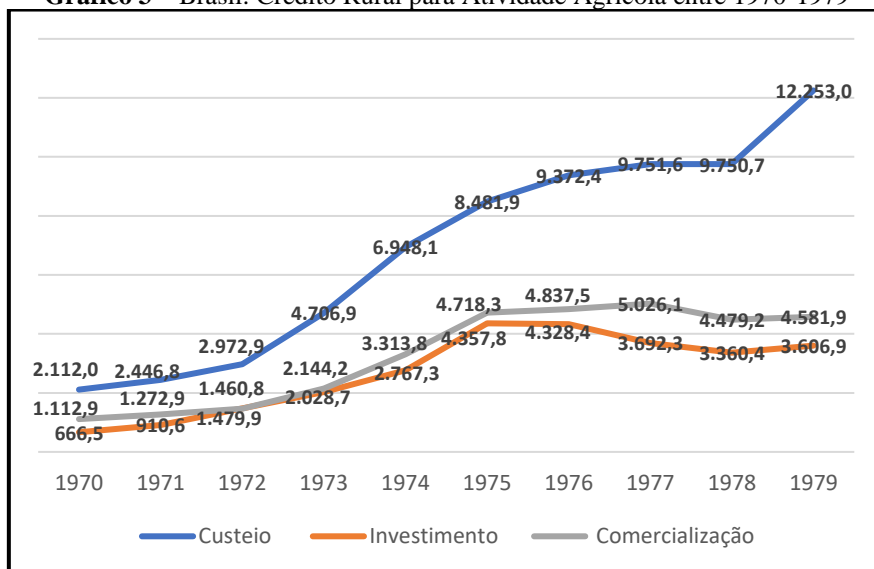
Graziano (1999, p. 134) destaca que a modernização da agricultura possibilitou o aumento da produção e da produtividade, incluindo uma maior disponibilidade interna de vários produtos alimentícios. Outro fator a se destacar foi a diversificação das exportações brasileiras que até a década de 60 era muito dependente da cafeicultura. Na concepção de Delgado (1985, p. 27), o processo de modernização gerou a diversificação das exportações em várias direções, sobretudo, com introdução de novos produtos agrícolas.

Todos esses fatores contribuíram para que no período de 1966/73 ocorresse o “milagre brasileiro”, que na concepção de Coelho (2001, p. 16), a conjugação de fatores externos favoráveis com várias medidas no âmbito doméstico permitiu a obtenção de elevadas taxas de crescimento do PIB com inflação declinante. Entre os fatores externos mencionados pelo autor, destacam-se o dinamismo da econômica mundial e a introdução do sistema de minidesvalorizações cambiais que deslocou a curva de oferta de divisas para o país, contribuindo para o aumento das exportações e a alavancagem nas importações de bens de capital e outros importantes produtos para o crescimento econômico do país.

Internamente outros fatores contribuíram para o período de bonança da economia brasileira. A introdução da correção monetária sobre haveres e obrigações financeira que estimulou a poupança interna, viabilizando a utilização de títulos na captação de recursos para o financiamento do *déficits* público e uma ampla reforça tributária para eliminar algumas distorções na arrecadação de impostos e modernizando o sistema como um todo (COELHO, 2001, p. 16).

O crédito rural subsidiário foi fundamental para a agricultura brasileira na década de 70. Segundo Coelho (2001), entre 1970, quando ocorreu menor volume (US\$ 3,891 bilhão), e 1979, quando, ocorreu o maior volume (US\$ 20,441 bilhões), o crédito nas três modalidades, custeio, investimento e comercialização, cresceu mais de cinco vezes, conforme Gráfico 3, abaixo:

**Gráfico 3 – Brasil: Crédito Rural para Atividade Agrícola entre 1970-1979**



Fonte: Coelho (2001, p. 23)

Para Gonzalez e Costa (1998), o crédito teria sido, então, o grande insumo para a modernização do setor rural nesse período, de meados de 1960 até o final da década de 1980.

Contudo, nos primeiros anos da década de 70, um choque duplo de oferta impactou a economia mundial: a crise do petróleo e o *boom* de *commodities*. Aliado a essa situação uma onda inflacionária disseminou-se mundialmente, o que elevou o preço nominal de *commodities*. O quadro econômico brasileiro era favorável aos produtos de exportação agrícola, tendo a agricultura uma dupla função: abastecer o mercado interno de alimentos visando o controle da inflação em substituição a importação de produtos agrícolas e a exportação de *commodities*, objetivando gerar divisas para o país. O que gerou uma excessiva demanda sobre a agricultura brasileira.

Com o aumento da inflação, o crescimento da sua dívida externa provocado principalmente pelos choques petrolíferos (1973 e 1979) e os financiamentos caracterizado por subsídios implícitos, o crédito rural passou a representar um gasto excessivo para o Governo. Lucena e Souza (2001), destacam que a fase de declínio do crédito rural iniciou em dezembro de 1979, aumentando das taxas de juros, que se tornaram mais altas do que a taxa de inflação, reduzindo a demanda de crédito.

O crédito rural teve um importante papel na modernização da agricultura e na produção agrícola brasileira entre as décadas de 60 e 70, mas trouxe consigo diversas externalidades negativas

de cunho ambiental, social e econômico. Se por um lado, o crédito rural trouxe benefícios, facilidades e inovações ao agricultor, por outro fomentou o endividamento do produtor rural, afetando os cofres públicos e impactando o campo brasileiro na década de 80 conforme exposto na próxima seção.

### **ESCASSEZ DE CRÉDITO RURAL NA DÉCADA DE 80**

Na década de 1980 a agricultura brasileira ganha novos contornos. O contexto econômico, social e cultura muda radicalmente. Segundo Gonzalez e Costa (1998), a década de 1980 iniciou marcada por dois conjuntos de problemas: a) a conjuntura internacional desfavorável devido ao fim da disponibilidade de financiamentos externos e a expressiva elevação das taxas de juros internacionais; b) crise de financiamento do Estado, demonstrada na quase falência do Sistema de Crédito Rural. Para Gonzalez e Costa (1998, p. 15):

Foi nesse contexto de agravamento das contas públicas, principalmente em função da crise externa, que o modelo de desenvolvimento do setor agrícola baseado no crédito rural farto e barato começou a dar sinais de esgotamento. Os incentivos via crédito, principal pilar de sustentação da modernização do setor, teriam que ser cortados já que o país não mais poderia depender de poupança externa.

Diante deste cenário de falta de recurso e altas taxas de juros, o governo brasileiro objetivando manter o nível de produção e exportação dos produtos agrícolas, resgatou, incentivou, desenvolveu novas políticas públicas para a agricultura como alternativa aos elevados subsídios para o crédito rural. Entre as alternativas contempladas destaca-se a maior participação na PGPM, mudanças nas normas de política agrícola e a prospecção de novas formas de captação de recursos como a “poupança verde”, criada em 1986.

A partir de 1981 são adotados novos limites de crédito para custeio, redução na cobertura de seguros rurais e mudanças das taxas de juros; os créditos para investimentos e comercialização passaram a receber as mesmas taxas de juros de mercado. No ano seguinte vinculou as taxas de juros à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em 1983 o governo aumentou os encargos financeiros do crédito rural e eliminou os subsídios embutidos nas taxas de juros cobradas. Lucena e Souza (2001, p. 183) ressalta que na safra 1984/1985, a taxa de juros tornou-se positiva pela primeira vez, desde a criação SNCR, 3% ao ano mais variação integral das Obrigações Reajustável do Tesouro Nacional (ORTNs).

Para não desestimular a produção, controlar o *déficit* fiscal e gerar divisas para pagar a dívida, o governo passou a utilizar mais a PGPM. De acordo com Lucena e Souza (2001) com as restrições da oferta de crédito rural, a PGPM tornou-se uma poderosa alavanca para a expansão e o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Na safra 1981/1982 o governo indexou mensalmente os preços mínimos, como forma de proporcionar uma base de preços mais segura ao produtor antes das decisões de plantio, ao invés de definir os preços mínimos dois meses antes do plantio e estimar a inflação, conforme procedera nos anos anteriores. Em 1984, com preços de mercado mais altos do que os preços mínimos oficiais levaram a um desinteresse pela utilização da PGPM, porém em 1985, com preços mínimos mais altos e melhoria do sistema de indexação, houve, novamente, maior atração pela PGPM. A desenvoltura da PGPM de 1981 a 1986 foi temporariamente interrompida em 1987, com a crise financeira do Plano Cruzado (1986). Rezende (2003) destaca que os preços mínimos tiveram queda de 30%, seguida pela substituição dos preços indexados à inflação por um indexador específico que cobria apenas o preço dos insumos utilizados na produção. Na safra 1986/1987 os preços mínimos foram revistos, passando os produtos prioritários a serem corrigidos mensalmente pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP). Finalmente na safra 1988/1989 os preços mínimos modificaram mais uma vez, passando a ser corrigidos pelas Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs).

Para Ramos (2009) a PGPM foi responsável pela elevação da produção de grãos no país, tornando-se uma política indutora da expansão e do desenvolvimento agrícola, que, mesmo diante de um quadro de escassez de recursos e altas taxas de juros predominantes na década de 1980, contribuiu significativa para a agricultura brasileira.

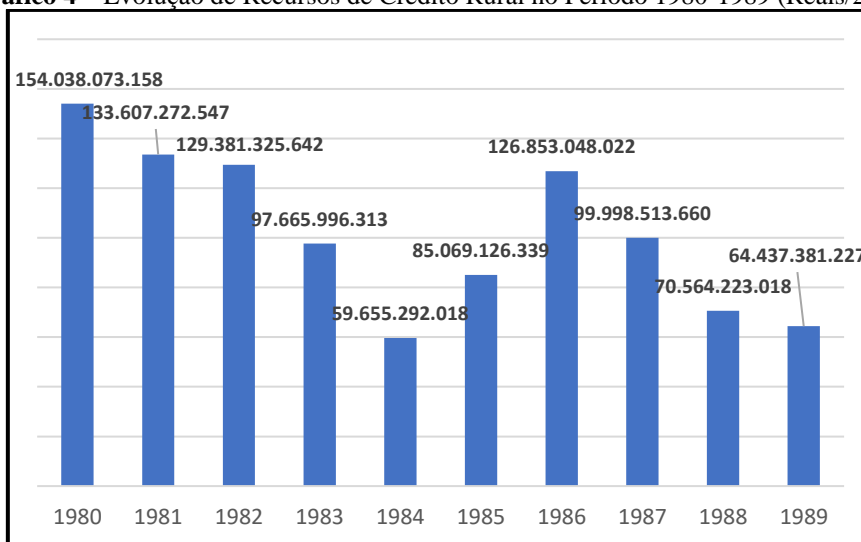


Pelo lado do crédito, a crise fiscal impossibilitou o governo de financiar a agricultura e os depósitos a vista diminuíram devido à perda do poder aquisitivo da moeda, causada pela inflação, o que deixou o crédito rural dependente das aplicações compulsórias dos bancos. Com o ambiente macroeconômico afetado pela crise fiscal e a altas taxas de inflação, o país experimenta um quadro recessivo, incapacitando o Estado de permanecer como agente financiador da agricultura brasileira, como fora durante a década de 1970.

Em face desse quadro o governo inicia uma série de medidas no sentido de controlar o repasse de recursos para o setor rural. Leite (1998, p. 79), ressalta que entre as medidas tomadas destaca-se as Resoluções 671/1980 e 698/1981 do Banco Central do Brasil (BACEN), limitando o volume de crédito rural a ser concedido e criando a correção monetária dos empréstimos, a ampliação das exigibilidades e o aumento das taxas de juros.

O volume disponibilizado de crédito começa a cair de forma lenta até 1983, tendo uma queda brusca em 1984 e recuperando-se novamente em 1985. Em 1986 com a implantação do Plano Cruzado, houve maior liberação de recursos para a agricultura, porém volta a cair a partir de 1987 e continua em declínio até o final da década, conforme Gráfico 4, abaixo:

**Gráfico 4** – Evolução de Recursos de Crédito Rural no Período 1980-1989 (Reais/2015)



Fonte: BACEN (2012).

Com a escassez dos recursos advindos das fontes tradicionais (Tesouro e exigibilidades bancárias), o governo dirige-se ao levantamento de novas fontes. Com a finalidade de ampliar a oferta de crédito por meio da captação de recursos do público para aplicação na agricultura, foi criada a Caderneta de Poupança Rural (1986), operalizada inicialmente pelo Banco do Brasil (BB) e outros bancos oficiais. Para Gasques e Villa Verde (1995, p. 11), foi a primeira fonte importante de recursos criada com a finalidade de ampliar de forma substancial a oferta de crédito foi a Caderneta de Poupança Rural.

Esse mecanismo logo se firmou como principal fonte supridora de recursos para o crédito rural. Em 1985, os recursos do Tesouro, juntamente com as exigibilidades bancárias (percentual dos depósitos à vista captados por instituições financeiras que são destinadas as operações de crédito rural), representavam 96% do crédito rural (sendo 63,98% de recursos do Tesouro e 32,36% de exigibilidades bancárias), ao passo que no final de 1999 esse valor não ultrapassava 56% (sendo 0,02% de recursos do Tesouro e 55,95% de exigibilidades bancárias). Por outro lado, outras fontes de financiamento rural como o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FAT) juntamente com a Poupança Rural, e as exigibilidades bancárias, se tornaram responsáveis, em fins de 1999, por 79% do financiamento. A atuação do governo, nessa nova realidade, passou a ser de agente regulador e estimulador do mercado de crédito.

Contudo, apesar das adversidades financeira e econômicas da década de 80, a agricultura brasileira apresentou um quadro de evolução no período. Segundo dados referente as séries históricas

da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre as safras 1979/80 e 1988/89, houve um aumento de 5,19% da área plantada, a produtividade e a produção da agricultura brasileira apresentaram uma elevação de 33,54% e 40,53% respectivamente. Em comparação com a taxa média de crescimento anual da economia brasileira na década de 1980, que sofreu uma abrupta queda no período, e que refletiu em parte no crescimento agrícola, a taxa média anual de 2,87% de produtividade pode ser considerada altamente positiva.

Diante do exposto pode-se afirmar que o modelo de modernização da agricultura brasileira, continuou evoluindo, mesmo na década de 1980, considerada “década perdida” por alguns autores, apensar do ritmo mais lento em termos de produtividade e lucratividade, modificando e deixando suas marcas nas relações socioeconômicas do campo brasileiro e influenciando o início da década de 90, como a busca por novas formas de financiamento para micros e pequenos agricultores e a solução do endividamento dos agricultores, conforme exposto na próxima seção.

### **LIBERAÇÃO DOS MERCADOS E DA RETIRADA DA AÇÃO ESTATAL**

A redução da oferta de crédito oficial, iniciada na década de 80, continuou no início da década de 90. O papel ativo da velha política agrícola foi consideravelmente reduzido e tornou-se quase nulo durante a década de 1990. Observa-se uma reorientação de viés mais liberal destinada a recompor as funções básicas do mercado como sinalizador para a alocação de recursos. Como resultado, especialmente o crédito rural foi fortemente modificado, com uma “redução da participação das fontes públicas (Tesouro) e reguladas (exigibilidades bancárias) de financiamento do crédito rural” (BUAINAIN et al, 2014, p. 804).

Para Buainain et al., (2014, p. 805) a partir de 1995, começaram a emergir os elementos da nova política agrícola, que aos poucos foi se consolidando, o que contribuiu para que a agropecuária brasileira possa vivenciar um novo momento de sua história. Observa-se que a atuação do governo na década de 90 passa a ser mais seletiva, focalizando a agricultura familiar e os financiamentos por meio do BNDES, além do incentivo a participação de formas alternativas de financiamento em resposta à carência dos recursos públicos subsidiados.

Entretanto, a década de 90 tem início com uma crise de escassez de alimentos devido à quebra da safra de 1990/91. Fürstenau (1999) salienta que no Plano-Safra de 1990/91, a equipe econômica do Governo Collor, legítima suas estratégias neoliberal e mantém às diretrizes do governo central de reduzir os já escassos recursos destinados à agricultura, que estabelecia, dentre outras coisas, a redução da participação estatal no financiamento e na comercialização agrícola. Entre as medidas adotadas estava a eliminação da regionalização dos Preços Mínimos. Para Barbosa e Couto (2008):

A desindexação mensal dos preços mínimos e o confisco dos recursos financeiros tiveram impactos imediatos na colheita e a comercialização da safra. O choque dessas medidas, junto com adversidades climáticas provocou quebra de safra e redução no nível da atividade. A queda na oferta e o desabastecimento interno em 1991 aumentaram a possibilidade de alta no preço dos alimentos e crescimento da inflação, o que levou o governo a restaurar a PGPM descartando a experiência com a liberalização dos mercados.

Graziano da Silva (1996) alerta que isso foi o suficiente para o governo Collor, sob pressão da bancada ruralista no congresso e dos governadores do Centro Oeste, reformula-se a estratégia de diminuição da intervenção estatal e amplia-se os recursos para financiamento da produção agrícola, além de voltar atrás na eliminação da regionalização dos Preços Mínimos, que voltaram a ser fixados diferentemente para cada região do país.

Como consequência da volta da regionalização dos Preços Mínimos, observa-se um aumento no volume de recursos para aplicação na atividade agrícola e que aliada às condições climáticas favoráveis, gerou uma recuperação da produção nacional em 1991/1992 (BARBOSA e COUTO, 2008, p. 61).

Como consequência na melhoria no volume de recursos, na safra 1991/1992 a produção cresceu 18% e a área plantada 1,6%; na safra 1992/1993, a produção cresceu 0,12%, mas a área



plantada reduziu-se em 7,4%. Segundo Lucena e Souza (2001, p. 190), para a economia como um todo, os anos de 1992 e 1993 foram de elevada inflação, consolidada pelo descontrole da política monetária e da política fiscal. Mesmo assim, a safra 1993/1994 apresentou um aumento de 9,7% na área plantada e de 1,5% na produtividade, resultando num acréscimo de 11,3% da produção agrícola total.

O Plano Real é lançado em junho de 1994, caracterizado por uma política monetária ativa, âncora cambial e abertura da economia ao comércio exterior que contribuíram para controlar a inflação. Contudo, as altas taxas de juros, para desestimular o consumo, penalizaram tanto o setor agrícola como o resto da economia. A valorização da taxa de câmbio real e a política de liberalização das importações reduziram a rentabilidade das atividades agrícolas. Para piorar, na safra 1994/1995, houve queda dos preços externos dos produtos agrícolas. Toda essa conjuntura econômica acabou frustrando a safra daquele ano, devido à prioridade do Governo em assegurar a estabilidade econômica. Diante do elevado endividamento dos produtores rurais e o agravamento da escassez de recursos para financiamento dos produtores, em 1995 o setor agropecuário acabou entrando em crise.

Em resposta a situação de instabilidade do setor o governo realizou uma reforma na política agrícola, aprovando uma securitização da dívida dos produtores, reduzindo as taxas de juros e isentando de impostos sobre operações financeiras para recursos externos destinados a agricultura. O resultado foi a implementação do Programa de Securitização de Dívidas em 1996 destinado a atender os produtores com dívidas de até R\$ 200 mil. Almeida e Sylbersztajn (2008), destacam ainda que foram aprovados outros dois programas: Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), destinado a agricultores com débitos superiores a R\$ 200 mil e Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), sendo o último o único exclusivamente para as cooperativas. A Securitização das Dívidas iniciada em 1996, deu início ao saneamento da inadimplência quase generalizada dos produtores rurais.

Em paralelo tem início um processo de aumento da participação de crédito advindo de fontes privadas e também fora da esfera bancária. Em 1994, houve um marco importante para o crédito rural no Brasil, foi criada a CPR – Física (Cédula de Produto Rural), através da qual o produtor pode captar recursos pela emissão de um título com a entrega do produto posteriormente.

No âmbito da agricultura familiar em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF), que se constituiu em um marco divisor de água para o crédito rural destinados aos micros e pequenos agricultores. Para Buainain et al., (2014, p. 805-806), o crédito do PRONAF:

Ao longo dos anos se consolidou como uma política pública de fortalecimento das unidades familiares de produção, mediante o apoio técnico e financeiro, visando estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Ainda em relação ao crédito rural, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que desde 1991 já atuava formalmente ofertando crédito rural, teve em 1996 autorizada sua carteira de aplicações agropecuárias, por meio das operações com o Finame Rural, o Programa de Operações Conjuntas (POC) e os programas de operações diretas do banco, elevando significativamente os recursos para o financiamento das atividades agropecuárias.

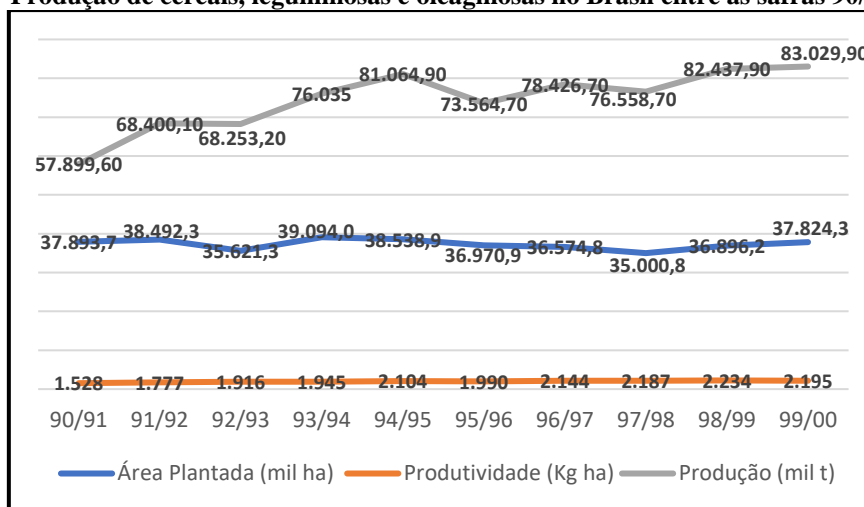
Paralelo a criação de linhas oficiais de crédito rural, o agronegócio passa a contar também com mecanismos privado de financiamento, que permite atrair poupança interna e externa para financiar as operações produção, de processamento e de comercialização das cadeias de produção. Através da Lei nº 11.076/2004 são instituídos o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA), que correspondem a instrumentos que preenchem a lacuna de títulos alavancadores da comercialização agrícola. São criados também o Certificado de Direitos Creditórios dos Agronegócios (CDCA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) lastreados numa variedade de recebíveis emitidos pelos agropecuaristas (CPR, CDA-WA, NPR, DR dentre outros), que permitem às empresas emissoras levantar recursos

junto a investidores no mercado financeiro para alavancar a disponibilidade de recursos para o financiamento das operações das cadeias de produção dos agronegócios, das plantações à comercialização (GONÇALVES et al., 2005).

Concomitantemente, na medida em que as restrições ao crédito se mostrava cada vez mais limitada, a atenção dos produtores rurais volta-se pela busca de novas formas de incremento da produção e da produtividade. Nesse sentido, a combinação de tecnologia, conhecimento e capacidade de absorção foi essencial para o desenvolvimento da agricultura, em especial a produtividade dos principais produtos agrícolas, permitindo ainda uma maior competitividade de determinados segmentos do setor no mercado internacional.

Dias e Amaral (2000), destacam que a produtividade do setor de lavouras cresceu, no período 1987-1998, a uma taxa anual de 1,85%, enquanto os produtos animais evoluíram a uma taxa de 1,95%. Entre 1991 e 2000 enquanto a área plantada teve uma redução de 0,18%, a produtividade e a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Brasil teve um aumento respectivo de 43,65% e 43,40%, conforme Gráfico 5, abaixo:

**Gráfico 5 - Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Brasil entre as safras 90/91 até 99/00.**



Fonte: Conab (2019)

Com a aprovação da Lei Kandir (1996), que previa a isenção do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações de produtos semielaborados, produtos primários e serviços, incentivando as exportações brasileiras de *commodities*, o aumento da demanda asiática por produtos agrícolas brasileiros e uma crescente relevância da iniciativa privada na agricultura brasileira, participando tanto na oferta de crédito rural como na implementação de inovações tecnológicas em todos os elos da cadeia produtiva, a agricultura brasileira apresentou um desempenho considerável na década de 1990, mesmo com um quadro de políticas macroeconômicas desfavoráveis à agricultura, como: abertura comercial, valorização cambial e ausência de políticas de crédito agrícola.

A década termina com criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, o que contribuiu para a existência de duas linhas de políticas públicas para o campo brasileiro. Uma com caráter estritamente setorial, executada pelo Ministério da Agricultura, tendo por objetivo a maximização da competitividade do agronegócio. Outra desenvolvida pelo MDA com foco na agricultura familiar e camponesa, criando uma expectativa quanto ao incentivo de políticas específicas para micros e pequenos agricultores.

## **AGRICULTURA NO SÉCULO XXI: RUMO EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE**

O Século XXI inicia com instabilidade decorrente da desconfiança em relação as eleições presidenciais de 2002, no qual o partido vitorioso no pleito gerava incertezas quanto ao comprometimento do governo com a estabilidade econômica, além de defender um programa de reforma agrária, de defesa da agricultura familiar e de luta contra a pobreza no campo.

Porém, a dualidade da política agrícola brasileira introduzida na segunda metade da década de 90 foi mantida, institucionalizada e até intensificada nos dois governos do presidente Lula.

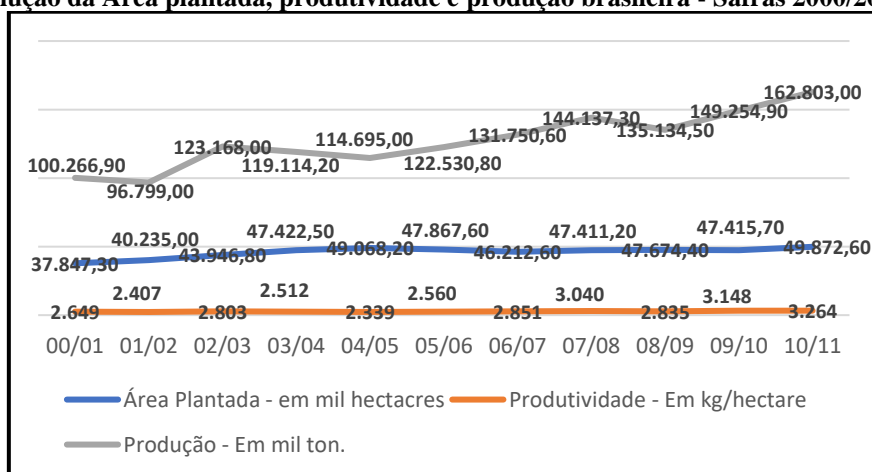
O governo Lula foi marcado por uma expansão dos empréstimos com recursos direcionados. Bacha et al. (2005) destaca como razões para essa expansão do crédito rural a partir da década de 2000 a criação de novas linhas de crédito para investimento, a renegociação das dívidas pelo BNDES e o aperfeiçoamento da Cédula de Produtor Rural (CPR-Física) que antes admitia apenas a liquidação física dos contratos e que a partir de 2001 permitiu também a liquidação financeira, através da CPR-Financeira.

Para a safra 2003/2004, na intenção de aumentar a eficiência operacional e facilitar a efetiva aplicação dos recursos, todos os programas do BNDES foram agrupados em 8 categorias, conhecidas como “família de programas BNDES”, que são: Moderagro, Moderinfra, Prodeagro, Prodecoop, Prodefruta, Propflora, Moderfrota e Pronaf (RAMOS & MARTA JR. 2010, p. 33). A família de programas BNDES deu uma nova feição ao investimento produtivo na agricultura. Rompendo com a cultura da correção monetária, as taxas de juros de todos os programas foram mantidas fixas, com a equalização de encargos sendo feita pelo Tesouro Nacional. Com isso, os créditos de investimento cresceram significativamente, passando de 16,9% do crédito total em 2000 para 22,9% em 2003 (BACHA et al., 2005, p. 51).

Dados extraídos do Anuário Estatístico do Crédito Rural (2012), extraído do site do Banco Central do Brasil (BACEN) sobre a evolução dos recursos disponibilizados para a agricultura na década, observa-se que os volumes de recursos para o crédito rural tiveram um aumento significativo ao longo dos primeiros 10 anos do século XXI, tanto os destinados à agricultura familiar, através do PRONAF, quanto os destinados à agricultura patronal. Entre 2001 e 2010 o volume total de recursos para o crédito rural teve um incremento de 121,57%. Só na linha do PRONAF passou de R\$ 4,1 bilhões para R\$13,5 bilhões (BACEN, 2012).

A oferta de crédito público e privado aliada a estabilidade econômica, a redução das taxas de juros, as intervenções nas políticas públicas para o mercado agropecuário realizado pelo governo federal e agentes privados e o desenvolvimento de novas tecnologias, contribuíram para um desempenho crescente da agricultura brasileira, que refletiram positivamente na produtividade e produção de grãos. Analisando os dados dos Levantamentos e Boletins de Grãos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sobre o monitoramento da safra brasileira de grãos, observa-se uma evolução da área plantada, produtividade e produção de grãos no Brasil entre as safras 2000/2001 e 2010/2011, conforme Gráfico 6, abaixo:

**Gráfico 6 – Evolução da Área plantada, produtividade e produção brasileira - Safras 2000/2001 até 2009/2010**



Fonte: Conab (2019)

A fase atual das políticas públicas para a agricultura brasileira é de transição da velha para a nova política agrícola. Apesar do crescimento do financiamento privado, as fontes públicas tradicionais de crédito para o setor agrícola continuam desempenhando um papel central no financiamento do setor. Nos últimos anos a discussão sobre o futuro da agricultura brasileira passa

pela busca da eficiência técnica produtiva e a sustentabilidade ambiental, econômica e social, objetivando manter o agronegócio brasileiro na liderança mundial na produção de alimentos. Coelho (2001, p. 54) afirma que:

Uma política agrícola para o futuro deve proteger o setor agrícola sem ser intervencionista, deve estimular a exploração do potencial agrícola do País em termos de áreas agricultáveis sem depredar o meio ambiente e deve atuar em parceria direta e indireta com outros órgãos governamentais e privados para melhorar a competitividade e o acesso a mercados dos produtos do “*agribusiness*” brasileiro.

Contudo, de acordo com o relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD, 2018), apesar do baixo incentivo governamental e de entraves como barreiras tarifárias e não tarifárias e desorganização internas das instituições (defesa sanitária, rastreabilidade, desperdício etc.), o setor agropecuário expandiu a produtividade média anual.

Segundo Brasil (2018), a produção de grãos cresceu 182% entre 1995 e 2017. Conforme Gasques et al. (2016) a produtividade total dos fatores (PTF) cresceu, média, 4,3% ao ano entre 1997 e 2014. Quanto a produção pecuária, segundo a Pesquisa Pecuária Municipal, do IBGE, o rebanho bovino saltou de 158 milhões de cabeças em 1996 para 215 milhões em 2017. O efetivo suíno foi ampliado em cerca de 12 milhões de cabeças no período analisado. O rebanho de galináceos praticamente dobrou de 1996 a 2017 (VIEIRA FILHO, 2019).

Em relação a Balança Comercial em 1997, o agronegócio exportava US\$ 23,4 bilhões, enquanto as importações do setor eram de apenas US\$ 8,2 bilhões. Em 2018, as exportações setoriais alcançaram US\$ 101,7 bilhões, ao passo que as importações foram de US\$ 14,0 bilhões (VIEIRA FILHO, 2019).

Entretanto, a agricultura brasileira ainda é muito dependente das ações governamentais, sobretudo através de Políticas Públicas que passa pelo investimento em ciência e tecnologia, infraestrutura e fiscalização, crédito rural e questões sanitárias, sobretudo para micros e pequenos produtores rurais, objetivando aumentar a competitividade interna e elevar a participação das exportações no mercado externo.

Haja vista, para atingir um nível de competitividade satisfatório e alcançar vantagens competitivas, exigem investimentos contínuos e atenção a um conjunto cada vez mais abrangentes em termos de regras formais e sociais, diante de um mercado cada vez mais exigentes em termos de segurança alimentar, qualidade dos alimentos e bem-estar social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho destacou-se o desempenho da agricultura brasileira, com foco nas políticas públicas desenvolvidas nos últimos 60 anos, período em que o país realizou uma transição bem-sucedida de transformação da produção agrícola, passando de importador de alimento, no final da década de 1950 a um dos líderes do comércio mundial no agronegócio.

Inicialmente destacou-se o processo de modernização capitalista da agricultura implantada pelos militares nas décadas de 60 e 70 do século XX, através de uma intervenção planejada por meio de políticas públicas específicas para aumentar a produção e a produtividade agrícolas, incluindo investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento, extensão rural e crédito rural.

Na década de 1980, a falta de recursos obrigou o governo a desenvolver novas políticas públicas para o setor rural em contrapartida a redução dos subsídios para o crédito rural. Entre as alternativas encontradas destaca-se o maior incentivo na PGPM, mudanças nas normas de políticas agrícola e a prospecção de novas formas de captação de recursos como a poupança verde. O período foi marcado por diversos planos de estabilização econômica, pelo processo de abertura comercial e pela diminuição da oferta de crédito oficial.

Com a liberação econômica e a retirada gradual da intervenção estatal, a atuação do governo na década de 90 passou a ser mais seletiva, focalizando na agricultura familiar, financiamento do investimento e securitização das dívidas do setor agropecuário. Observa-se um aumento significativo de crédito advindo de fontes privadas e fora da esfera bancária, contribuindo para o processo de

aprofundamento da financeirização do setor agrícola, introduzindo um dinamismo novo na agricultura nacional.

No século XXI o Brasil tem conseguindo manter sua eficiência produtiva e econômica, com aumento de produção e produtividade, contribuindo para a geração de divisas e colocando o país como referência na produção mundial de alimentos.

Por tudo isso, observa-se que a agropecuária brasileira tem uma trajetória de sucesso, no qual a participação das Políticas Públicas para o setor foi fundamental para o seu crescimento.

Contudo, se do ponto de vista econômico o processo de modernização da agricultura alcançou os objetivos almejados, colocando o país entre os principais produtores de alimentos no cenário mundial, do ponto de vista social e ambiental, não obteve o mesmo êxito. Questão possível de ser abordada em trabalhos posteriores como forma de incentivo ao estudo e pesquisa sobre o futuro da agricultura brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, F. Um projeto para o Brasil. São Paulo: Nobel. 2000.

ALMEIDA, L. F.; & ZYLBERSZTAJN, D. Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos. InternexT - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 267-287. 2008.

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2017. Disponível em: <http://www.virapagina.com.br/anfavea2017/4/>.

ARAÚJO, P. F. C. de; MEYER, R. L. Agricultural Credit Policy in Brazil. Objectives and Results. American Journal of Agricultural Economics, v. 59, n. 5, p. 957-961. 1977.

BACHA, C. J. C.; DANELON, L.; & BEL FILHO, E. D. Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil: período de 1985 a 2003. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 14, n. 26, p. 43-69. 2005.

BAER, W. A economia brasileira. São Paulo: Nobel. 1996.

BARBOSA, G. J.; & COUTO, E. P. Evolução das Políticas Agrícolas e o Incentivo à Iniciativa Privada Na Agricultura Brasileira. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Rio Branco, Acre. 2008.

BARROS, G. S. C. Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro. In: Buainain, A. M., Alves, E., Silveira, J. M., Navarro, Z. (Org.). O Mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa. 2014.

BONELLI, R. Nível de atividade e mudança estrutural, em estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE. 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Diretrizes de Governo: Programa Estratégico de Desenvolvimento – 1968/70. Brasília, DF: Miniplan. 1967.

\_\_\_\_\_. Banco Central do Brasil (BACEN), Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/default.asp?frame=1>.

\_\_\_\_\_. Companhia Nacional de Abastecimento. Série Histórica das Safras. 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=10>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeções do agronegócio: Brasil 2017/18 a 2027/28 – projeções de longo prazo. Brasília: Mapa, 2018.

- BUAINAIN, A. M.; SANTANA, C. A. M.; SILVA, F. P., GARCIA, Jr. R.; LOYOLA, P. Política agrícola Avanços e retrocessos ao longo de uma trajetória positiva. In: Buainain, A. M., Alves, E., Silveira, J. M., Navarro, Z. (Org.). O Mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa. 2014.
- COELHO, C. N. 70 anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). Revista de Política Agrícola. Brasília, DF: CONAB. 2001.
- DELGADO, G. C. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo, SP: UNICAMP. 1985.
- DIAS, G. L. S.; AMARAL, C. Mudanças estruturais na agricultura brasileira, 1980-1998. In: BAUMANN, R. (Org.). Brasil: uma década em transição. Rio de Janeiro, RJ: Campus-Cepal. 2000.
- FÜRSTENAU, V. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. Ensaio FEE, v. 8, n. 1, p. 139-154. Porto Alegre, RS. 1987.
- GASQUES, J. G. Produtividade da agricultura brasileira: a hipótese da desaceleração. In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Org.). Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade. Brasília: Ipea, 2016.
- GASQUES, J. G.; & VILLA VERDE, C. M. Novas Fontes de Recursos, Propostas e Experiências de Financiamento Rural. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, vol. 34, n. 3, p. 39-80. 1996.
- GONZALEZ, B. C. de R., & COSTA, S. M. A. L. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 7-35, 1998.
- GONÇALVES, J. S.; MARTIN, N. B.; RESENDE, J. V.; VEGRO, C. L. R. Novos Títulos Financeiros do Agronegócio e Novo Padrão do Financiamento Setorial. Informações Econômicas, v. 35, n. 7. São Paulo, SP. 2005.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas, SP: Ed. Unicamp-Instituto de Economia. 1996.
- \_\_\_\_\_, J. Tecnologia e Agricultura Familiar. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. 1999.
- GUEDES PINTO, L. C. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período de 1964-1994. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, v. 1, n. 25, p. 65-92. Brasília, DF: ABRA. 1995.
- LEITE, S. P. Inserção internacional e financiamento da agricultura brasileira (1980-1996). (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 1998.
- LUCENA, R. B.; SOUZA, N. J. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 180-200. 2001
- MASSUQUETTI, A. A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período de 1965-97. (Dissertação Mestrado em Economia Rural - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS). 1998
- OECD - Organization For Economic Cooperation And Development. Agricultural policy monitoring and evaluation 2018. Paris: OECD, 2018.
- OLIVEIRA, J. C. Incidência da taxa implícita sobre produtos agrícolas no Brasil: 1950/74. Pesquisa e Planejamento Econômico, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 399-452, 1984.
- RAMOS, S. Y. Panorama da Política Agrícola Brasileira: a política de garantia de preços mínimos. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados. 2009.

\_\_\_\_\_, S. Y.; Martha Junior, G. B. Evolução da política de crédito rural brasileira. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados. 2010.

REZENDE, G. C. Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil. Porto Alegre, RS: IPEA/Editora da UFRGS. 2003.

ROMANO, J. O. Redes de política pública na trajetória do setor público agrícola brasileiro. In: BONNAL, P., LEITE, S. P. (Org.). Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação, p. 139-172. Rio de Janeiro, RJ: Cirad/Mauad X. 2011.

SOUZA, C. B.; CAUME, D. J. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: Sober-XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, 2008, Rio Branco, AC. Anais... Brasília-DF: SOBER: 2008.

VIEIRA FILHO, J. E. Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira. Org. Vieira Filho, J. E. Sustentabilidade Produtiva do Agronegócio Brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.